

Benedito Dias, Reginaldo

A história da ação popular na perspectiva do Pó. do b: uma análise da obra de Haroldo Lima Ealdo
arantes sobre a história da ap

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.
10, núm. 1, 2006, pp. 143-175
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526864012>

A HISTÓRIA DA AÇÃO POPULAR NA PERSPECTIVA DO PC DO B: UMA ANÁLISE DA OBRA DE HAROLDO LIMA E ALDO ARANTES SOBRE A HISTÓRIA DA AP¹

Reginaldo Benedito Dias²

Resumo. No início da década de 1970, expressivo número de militantes da Ação Popular, importante organização de esquerda, decidiu ingressar no Partido Comunista do Brasil. Este trabalho analisa a forma como a história da Ação Popular foi escrita por aqueles que fizeram essa escolha, tomando como base o livro que Aldo Arantes e Haroldo Lima escreveram a respeito. Pretende-se demonstrar como esses autores, por intermédio de uma narrativa com forte sabor teleológico, interpretam toda a experiência da Ação Popular pela visão do PC do B. Da mesma forma, pretende-se cotejar essa abordagem com outros focos narrativos construídos a partir da documentação primária da AP e de outras opções colocadas no leito do processo.

Palavras-chave: Ação Popular Marxista Leninista; Partido Comunista do Brasil; ditadura militar, maoísmo, esquerda católica.

THE HISTORY OF *POPULAR ACTION* FROM THE PERSPECTIVE OF THE COMMUNIST PARTY OF BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE RESEARCH BY HAROLDO LIMA AND ALDO ARANTES ON THE HISTORY OF THE *POPULAR ACTION*

Abstract. At the start of the 1970s many militants of the *Popular Action*, an important leftist organization, decided to affiliate themselves to the Communist Party of Brazil. Current research analyzes how the history of the *Popular Action* has been written by these people based on the book by Aldo Arantes and Haroldo Lima on the subject. Current research demonstrates how these authors interpreted the experience of the *Popular Action* from the point of view of the Communist Party of Brazilian by means of a highly teleological narrative. This approach will be compared with other narratives written from primary sources of the *Popular Action* and other options within the process.

¹ Este artigo foi elaborado a partir de reflexões desenvolvidas na tese de doutorado do autor (DIAS, 2004).

² Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá.

Key words: Marxist and Leninist Popular Action; Communist Party of Brazil; military dictatorship; Maoism; Catholic Left.

LA HISTORIA DE LA ACCIÓN POPULAR EN LA PERSPECTIVA DEL PARTIDO COMUNISTA DE BRASIL: UN ANÁLISIS DE LA OBRA DE HAROLDO LIMA Y ALDO ARANTES SOBRE LA HISTORIA DE LA AP

Resumen. A principios de la década de 1970, un significativo número de militantes de la Acción Popular (importante organización de izquierda) decidió incorporarse al Partido Comunista de Brasil (PC do B). Este trabajo analiza la forma en cómo fue escrita la historia de la Acción Popular por aquellos que realizaron esa elección, tomando como base el libro de Aldo Arantes y Haroldo Lima. Aquí se pretende demostrar cómo estos autores, gracias a una narrativa con un fuerte sabor teleológico, interpretan toda la experiencia de la Acción Popular a través de la mirada del PC do B. De igual manera, se pretende cotejar ese abordaje con otros enfoques narrativos construidos a partir de la documentación primaria de la Acción Popular y de otras opciones realizadas a lo largo del proceso.

Palabras clave: Acción Popular Marxista Leninista, Partido Comunista de Brasil, dictadura militar, maoísmo, izquierda católica.

PREÂMBULO

Lançado em 1984, o livro **História da Ação Popular: da JUC ao PC do B**, de autoria de Haroldo Lima e Aldo Arantes, é um trabalho pioneiro não apenas no resgate da experiência da organização referida no título, mas também da própria esquerda originada na década de 1960. A respeito da Ação Popular, conhecia-se uma longa entrevista de Herbert de Souza, divulgada na segunda metade da década anterior (SOUZA, 1976).

Único livro disponível sobre a história da AP ao longo de muitos anos, o trabalho de Lima e Arantes tornou-se referência para as novas abordagens que foram veiculadas posteriormente, oriundas tanto de depoimento de ex-militantes quanto de pesquisas sobre a história da esquerda do período. A obra procede a um mapeamento de ações, debates e encruzilhadas históricas da Ação Popular, cuja utilidade não foi menosprezada pelos pesquisadores.

Sua principal característica, no entanto, é a interpretação que procede da história da AP, baseada na memória da ala interna que decidiu, no início da década de 1970, incorporar-se ao Partido Comunista do Brasil. O livro traduz o balanço que essa ala realizou da experiência histórica por que havia passado, com vistas a perenizar sua memória.

Mais do que isso, embora os autores esclareçam que não receberam essa incumbência de seu novo partido (OLIVEIRA JR, 2000), sua obra representa também a visão oficial do PC do B sobre a experiência da AP, da qual recebeu militantes e cuja história procurou interpretar. Conforme se lê em sua introdução (LIMA & ARANTES, 1984, p. X), “o livro é derivado do documento intitulado ‘Vitória do Marxismo-Leninismo: Ação Popular incorpora-se ao PC do Brasil’, que receberia os últimos retoques na reunião de CC de dezembro de 1976”. Após esses retoques, seria divulgado como balanço oficial do PC do B sobre a experiência da AP.

Entretanto, tal reunião foi desmantelada pela repressão, no trágico episódio conhecido como a “Chacina da Lapa”, e o documento foi confiscado. Presos, os autores redigiram a obra no cárcere, usando requintes de resistência, como ocultar os originais no vaso sanitário. Depois, camuflaram o material no fundo falso de um arranjo de flores e o enviaram para fora. Beneficiados pela anistia, recuperaram o citado documento do CC. A primeira parte, porém, já tinha sido contemplada pela redação do livro. A segunda parte, um balanço da experiência, foi incorporada como anexo em sua edição final (LIMA & ARANTES, 1984, p. XI). De resto, suas linhas interpretativas fundamentais podem ser reconhecidas em resolução aprovada no VI Congresso do PC do B (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1983).³

Os aspectos instrumentais da análise de Haroldo Lima e Aldo Arantes, identificáveis na formulação de sua obra, não são desconhecidos da bibliografia especializada (GORENDER, 1987; OLIVEIRA JR, 2000; DIAS, 2004). Não obstante, o livro ainda não recebeu uma análise exclusiva. Preencher tal lacuna é um dos objetivos deste artigo. Pretende-se, enfim, esmiuçar o fio condutor da interpretação histórica elaborada por Lima e Arantes, destinada a demonstrar, com viés teleológico, o que chamam de processo de superação de uma organização pequeno-burguesa

³ É significativo registrar que Haroldo Lima tornou-se, também, historiador do PC do B. Em 1984, publicou **Itinerário das lutas políticas do Partido Comunista do Brasil – de 1922 a 1984**.

pela adesão ao verdadeiro marxismo-leninismo, condição atribuída ao PC do B.

Outro objetivo é cotejar essa abordagem com outros focos narrativos construídos a partir da documentação primária da AP e de outras opções colocadas no leito do processo. Com isso, pretende-se investigar em que medida a análise de Lima e Arantes tem pontos de contato com o avanço do marxismo-leninismo na vida da AP.

AS ORIGENS DA AP

Identifica-se que a origem da AP é analisada a partir de três coordenadas, que podem, sem preocupação com hierarquia interna, ser assim descritas. A primeira é a dinâmica interna da Igreja Católica, que passava por um processo de mudanças no pontificado de João XXIII (1958-1963). O impacto da atualização do magistério pontifício foi assim saudado:

João XXIII (...) fez, pela primeira vez em nível de encíclica papal, uma referência positiva ao fenômeno da “socialização” do mundo. Na *Pacem in Terris*, voltando a tratar da questão social, reconhece, o que era inédito em termos de Igreja, “a gradual ascensão das classes trabalhadoras” (LIMA & ARANTES, 1984, p.27).

A segunda coordenada é a influência da dinâmica da conjuntura da segunda metade da década de 1950 sobre a Juventude Universitária Católica (JUC), referida no livro como principal tronco de gestação da AP. Movimento originalmente destinado à cristianização das universidades, a JUC sofreu uma guinada no final da referida década, quando acentuou sua participação nos movimentos estudantis. A JUC não tardou a criticar a dimensão elitista da universidade e a engajar-se nas lutas pela reforma universitária e pela mudança das estruturas da sociedade brasileira.

Já em seu Congresso dos 10 anos, realizado em 1960, a JUC aprovou o documento **Diretrizes mínimas para o Ideal Histórico do povo brasileiro**, em que fazia, segundo o registro de Lima e Arantes (1984, p. 28), “a opção por um ‘socialismo democrático’ e pelo que chama de revolução brasileira”. O uso de aspas e de relativização (pelo que chama) indica a postura dos autores, que procurariam provar, tendo

como contraponto o marxismo-leninismo que abraçaram, a inconsistência dessas formulações.

Lima e Arantes demonstram como, no início da década de 1960, as posições da JUC ganharam espaço no movimento estudantil e passaram a influenciar seus documentos, como a Declaração da Bahia, resolução do I Congresso Nacional de Reforma Universitária. Essa ascensão da JUC no movimento estudantil, que culminou na conquista do comando da UNE, provocou choques com a hierarquia da Igreja, especialmente pela política de alianças com o PCB. Em consequência, a Igreja expulsou da JUC, que era uma organização leiga subordinada à estrutura eclesial, o estudante que ocupava a presidência da UNE⁴ e proibiu que fossem assumidos cargos nas entidades estudantis. Esse choque precipitou a formação de uma organização laica, que viria a ser a AP:

Em 1960, a JUC já era a força mais importante do movimento estudantil brasileiro. Entretanto não era uma organização adequada ao cumprimento da tarefa especificamente política e cedo sua capacidade de cumprir esse papel esgotou-se. A JUC era uma organização da Igreja Católica, não unia em função da política, mas da confissão religiosa (LIMA & ARANTES, 1984, p. 34).

A terceira coordenada, a mais característica do enfoque desenvolvido pelo livro, remete à disputa no campo da esquerda. Explicitamente, Lima e Arantes (1984, p. 33) apontam que não era possível compreender a ascensão da JUC no movimento estudantil fora “da crise de direção que viveu nessa época o movimento de esquerda no país”. A referência direta é à crise que teria acometido o PCB, no final da década de 1950, quando, em decorrência da repercussão do XX Congresso do PCUS, em que foram denunciados os crimes de Stalin, teriam grassado o chamado revisionismo contemporâneo e uma linha reformista.⁵

A conclusão dessa crise foi a cisão no PCB, que Lima e Arantes interpretam com os matizes do PC do B. A esmagadora maioria da

⁴ O presidente da UNE era Aldo Arantes, um dos autores do livro ora analisado.

⁵ O revisionismo clássico seria aquele que Bernstein influenciou no seio do Partido Social-Democrata Alemão, quando preconizou que o caminho para o socialismo deveria ser sedimentado por intermédio do processo eleitoral e da implantação de reformas cumulativas.

bibliografia laica, não relacionada organicamente a nenhum dos dois partidos comunistas, tende a interpretar o PCB como o partido fundado em 1922 e o PC do B como um partido novo, fruto do “racha” de 1962. Reproduzindo a identidade do PC do B, afirmam Lima e Arantes (1984, p. 15): “O partido entrou em profunda e grave crise que o imobilizou por certo período e levou à **reorganização** procedida em 1962 (grifo meu)”. Por isso, o PC do B reivindicou a história, os símbolos e a herança do partido marxista-leninista histórico, que teriam sido aviltados pelo revisionismo.⁶ A terminologia utilizada pelo livro não é inocente. A fim de salientar as diferenças, o PCB passa a ser referido como o “brasileiro”, enquanto o PC do B é o PC do Brasil, o partido histórico da classe operária.

Essa clivagem direciona o olhar sobre a disputa de hegemonia na conjuntura. Por conta dos ventos de reformas que então sopravam no governo federal, o programa reformista do agrupamento que “passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro” exerceu influência nos movimentos operários. Todavia, seu reformismo e sua política de cúpula tiveram menos impacto no movimento estudantil, onde a radicalização da luta política exigia mais do que o “brasileiro” podia apresentar.

A partir de 1961, quando o Partido Comunista Brasileiro aparece no movimento estudantil, o processo de desgaste político e da perda de iniciativa do grupo revisionista que lhe deu base agravou-se. A própria disciplina partidária decompunha-se, indicando desagregação e luta de tendências não inteiramente concluída. Paralelamente, o setor de esquerda da JUC não só ia sentindo a necessidade de atuar de forma mais disciplinada como começava a fazê-lo (LIMA e ARANTES, 1984, p. 34).

⁶ Importante análise sobre o papel dessa disputa de história, memória e símbolos na formação da identidade e na práxis do PC do B foi realizada por Jean Rodrigues Sales. Em recente artigo, extraído de sua dissertação de mestrado, comentou: “Na demarcação de território político e ideológico em relação ao PCB, uma das principais ferramentas utilizadas pelo PC do B foi exatamente a história e a memória partidária. Com efeito, o discurso político que fundamenta a criação do partido seria estruturado a partir do respaldo no passado, e que tem como exemplo mais aparente o fato de, ao surgir ou, como querem seus membros, ser “reorganizado” em 1962, reivindicar para si o nome e o patrimônio simbólico do velho partido comunista fundado em 1922. E vai ser exatamente através do respaldo em sua história que o PC do B irá tentar convencer os seus militantes e interlocutores de que seria o verdadeiro partido comunista atuante no Brasil, o que se mantivera dentro das autênticas tradições marxista-leninistas, enquanto o outro teria se afastado desse caminho (SALES, 2002, p.157).

Lima e Arantes ressaltam a atuação conjuntural da JUC e, depois, da AP. Bem plantada nas universidades e sensível aos problemas dos estudantes, a JUC foi a “primeira força do movimento estudantil a tratar abertamente em congressos e seminários do tema ‘revolução brasileira’, ao qual procurou vincular sua posição face à reforma universitária” (1984, p. 34). Em suma:

A política mais radical adotada pela JUC, mesmo que dentro dos limites do reformismo, e sua linha de massas, que rompia com a prática cupulista, tiveram grande receptividade entre os estudantes. (...) Esta a razão fundamental do êxito da JUC e do surgimento da Ação Popular (LIMA & ARANTES, 1984, p. 32).

Por que o PC do B, “reorganizado” em 1962, não conseguiu ocupar esse espaço?, poder-se-ia perguntar. Segundo os autores, o PC do B saiu dessa crise ideologicamente revitalizado, mas debilitado organicamente. Haveria, de um lado, um PC do Brasil organicamente débil e, de outro, o PC Brasileiro com uma linha política estéril para as exigências do movimento estudantil. Estavam dadas, pois, as condições para a ascensão da JUC e a criação da AP.

A crítica, como se vê, não se dirige à fragilidade do PC do B, que estava em fase de reorganização, mas ao cupulismo e ao reformismo do PCB. O objetivo central do livro, como se adiantou, é demonstrar como uma organização pequeno-burguesa, a AP, superou suas raízes e aderiu à perspectiva proletária representada pelo PC do B. Entretanto, na explicação da origem da AP, exalta-se seu papel conjuntural e critica-se frontalmente o PCB.

SOBRE A IDEOLOGIA PRÓPRIA DA AP

Nessa primeira fase, da qual Lima e Arantes participaram como protagonistas, a Ação Popular caracterizou-se por buscar uma síntese entre perspectivas diversas - como o cristianismo, o marxismo e existencialismo - e pela elaboração de uma ideologia própria, como se lê no **Documento base**, aprovado em seu congresso de fundação. Preconizando o socialismo como humanismo, o DB criticava a noção de ditadura do proletariado e as novas formas de dominação e alienação geradas pelas experiências socialistas realmente existentes. Defendia, ainda, que a revolução brasileira deveria ter um caráter imediatamente socialista e a possibilidade de vários caminhos de passagem ao socialismo.

Na década de 1970, quando não apenas tinham feito a adesão ao PC do B como também tinham passado por todo o processo em que a AP havia promovido uma revisão dessa sua primeira identidade, Lima e Arantes criticaram a ideologia própria então preconizada pela organização, dialogando com o **Documento base**.

No plano filosófico, rejeitaram a noção de terceira posição da AP, chamada de realista, elaborada como alternativa ao materialismo e ao idealismo, afirmando que essa concepção sucumbiria, no final, ao idealismo, resultado que consideravam natural em uma organização recém-egressa do catolicismo.

Haveria um grande equívoco na análise da AP, que, tendo sucumbido ao idealismo, subestimaria as determinações materiais. A crítica da AP à ditadura do proletariado seria informada pela caricatura grotesca que a burguesia divulgava a respeito desse tipo de Estado. Reproduzindo conhecida definição, Lima e Arantes alegavam que a ditadura do proletariado era o Estado da mais ampla democracia para a maioria trabalhadora e ditadura somente contra a minoria exploradora. Confrontavam, nesse sentido, o conceito de ditadura do proletariado com o horizonte do socialismo como humanismo.

A ênfase no humanismo, direcionada à realização do homem em geral e não às classes, seria sinal de que a AP admitia a luta de classes apenas formalmente, não assimilando suas últimas consequências. A noção de socialismo como humanismo seria, enfim, uma visão pequeno-burguesa acerca da ditadura do proletariado, imprescindível à construção do socialismo (LIMA & ARANTES, 1984, p. 37):

Afirmando o objetivo - o socialismo - e criticando ou ressalvando o meio prático de realizá-lo - a ditadura do proletariado -, o Documento base resvala para a defesa de um socialismo utópico - que chama de socialismo como humanismo - e que provavelmente seria um socialismo sem ditadura do proletariado, desconhecido do ponto de vista da experiência histórica concreta da humanidade e inviável no quadro da luta de classes.

Na avaliação do tema da ditadura do proletariado, resvalam em outra questão que demarcava a identidade do PC do B, o legado de Stalin (LIMA & ARANTES, p. 1984, p. 38):

O Documento Base, crítico da ditadura do proletariado, termina por estigmatizar, unilateralmente, de passagem e sem cuidado, o que denomina de era staliniana, mostrando-se influenciado pela propaganda revisionista e imperialista que pretende, pretextando erros de Stalin, negar em bloco a sua contribuição, negar Lênin e a experiência concreta de construção do socialismo na União Soviética sob as direções de Lênin e Stalin.

Embora afirmem que a AP tinha sido suscetível à propaganda revisionista, os autores a compararam, implícita ou explicitamente, com o PCB. Nessa contraposição, ainda que imperfeita, inconclusa, incorreta, a elaboração da AP sempre leva vantagem. É o que se verifica, por exemplo, na crítica à tese da revolução imediatamente socialista no Brasil, defendida pela AP.

O PC do B, apesar de ter rompido com os métodos reformistas do PCB, manteve a linha da revolução nacional-democrática, derivada da resolução do VI Congresso da Internacional Comunista. De certo modo, em sua análise das estruturas econômicas do país, estava mais próximo do PCB do que da AP. Não obstante essa herança comum, Lima e Arantes salientam, na contraposição entre PCB e AP, aspectos favoráveis para a última:

O caráter imediatamente socialista da revolução no Brasil é outra conclusão a que o documento chega, mas não explica, e que aparece coexistindo contraditoriamente com o apoio à luta pela posse da terra e à luta contra a dominação imperialista. É claro que a AP nessa época desconhecia inteiramente a teoria leninista da revolução proletária por etapas ininterruptas. Mas o seu pronunciamento, em 1963, pela revolução imediatamente socialista no Brasil era também uma rejeição da tese revisionista da necessidade de consolidação do capitalismo no Brasil como etapa prévia à revolução socialista (LIMA & ARANTES, 1984, p. 39).

Uma questão decisiva é a do partido de vanguarda, tendo em vista o fio condutor da análise, justificar a opção pelo PC do B. O capítulo dedicado a explicar o nascimento da AP e a formulação do **Documento base** foi assim intitulado: “Surge a AP como organização democrático – reformista”. A AP teria nascido como expressão da pequeno-burguesia radicalizada, distante da problemática do partido de vanguarda do proletariado, necessário para a direção do processo revolucionário. O DB

fazia referência a uma organização dirigente, que poderia ser um partido ou uma coalizão, negando, assim, a existência de um partido de vanguarda no Brasil, no caso o PC do B.

Em resumo, o **Documento base**, retrato oficial da AP daquele momento, era a “expressão típica de uma intelectualidade idealista debatendo-se entre concepções variadas, mas sentindo a necessidade de transformações sociais” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 39). A rebeldia da AP era preferível ao revisionismo do PCB. Os “erros” e “equívocos” da AP se explicariam pelo desconhecimento da teoria revolucionária.

Pode-se inferir que uma coisa era a organização política não ter amadurecido para as questões constituintes do processo revolucionário; outra, muito mais grave, era a revisão da política revolucionária. Por esse prisma, à medida que a luta política se acentuou, uma parte dessa organização, da qual Haroldo Lima e Aldo Arantes faziam parte, amadureceu e reconheceu no PC do B o partido de vanguarda.

A crítica dos autores, formulada na década de 1970, tem pontos de contato com o processo de autocrítica iniciado no pós-1964, quando a organização converteu-se ao marxismo-leninismo e fez um acerto de contas com seu passado. Tornar-se-ia recorrente, nesse processo de autocrítica, a AP caracterizar sua primeira fase como “idealista” e “pequeno-burguesa”.

TRANSIÇÃO AO MARXISMO

Na conjuntura pós-1964, em que se verificavam, segundo Lima e Arantes, as consequências da derrota do reformismo e quão explícitas ficaram as falsas e químéricas idéias divulgadas pelo PC Brasileiro, tornou-se imperativa uma mudança geral de rumo para a AP. Assinalam que houve o despertar viçoso de uma perspectiva revolucionária. Não por acaso, o capítulo que aborda essa passagem tem o título “Da reforma à revolução”.

Após responsabilizar o reformismo do PCB pela derrota de 1964, os autores demarcam um deslocamento da AP na conjuntura posterior ao golpe militar. A partir de 1965, houve ruptura com o PCB, que passou a ser combatido como reformista e traidor do movimento revolucionário. A AP ensaiava o estabelecimento de relações com as dissidências estudantis e as organizações foquistas entre 1965 e 1967, assim como a aproximação com o PC do B. Qualquer que tenha sido o impacto dessa

aproximação na época, ela adquiriu o significado de primeiros passos na direção que levaria à incorporação de uma ala da AP ao PC do B, no início da década seguinte.

Atualizando a contraposição entre os partidos comunistas, completam que, na nova conjuntura, “estavam, por um lado, a força que ascendia mas que ainda era débil do PC do Brasil, que logo após sua reorganização teve que enfrentar a rebordosa de 1964; por outro, o desgaste sofrido pelo ‘Brasileiro’ com a derrota do reformismo” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 66)

Sobre o papel então despenhado pela AP, ressaltam:

O movimento popular, quando foi retomando seu dinamismo, já não o fez a reboque do governo, mas contra ele! A direção desse movimento escapou das mãos da burguesia nacional e passou à pequena burguesia, que progressivamente se radicalizava. A AP foi um dos meios mais eficazes por meio dos quais a pequena burguesia cumpriu esse papel (LIMA & ARANTES, 1984, p. 65).

A atualização do projeto da AP foi sintetizada no documento **Resolução política**, aprovado em 1965. Essa resolução, com o objetivo de inserir a organização nos desafios de um novo período histórico, procedeu a um reexame de sua política anterior, condensada, principalmente, no **Documento base**.

A relação com esse documento e com seu conteúdo não é, no entanto, de ruptura total. A crítica frontal atinge mais a parte da tática e estratégia política do que a fundamentação filosófica, que é reafirmada. De acordo com a **Resolução política**, as linhas mestras do **Documento base** estariam vivas e atuais. Ele precisava ser, antes de tudo, conhecido e entendido e depois urgentemente completado. O horizonte era o do socialismo como humanismo, gestado a partir da compreensão de que a luta pela superação do capitalismo comportava “experiências as mais diversas e com orientações ideológicas distintas”.

Criticando um certo gradualismo na fase anterior, uma das redefinições de maior impacto promovidas pela **Resolução política** foi estabelecer o objetivo de conquistar o poder pela via insurrecional. Mantinha-se a compreensão de que a revolução brasileira não continha uma fase burguesa. A concepção de revolução abarcava as tarefas de libertação nacional com as tarefas socialistas. A revolução socialista de

libertação nacional baseava-se na luta armada, por intermédio da guerra de guerrilhas, e tinha no campo sua arena principal.

Não obstante assinalar o despertar viçoso da perspectiva revolucionária, os autores apontam, com a onisciência da leitura retrospectiva que realizaram, o que consideram limitações na **Resolução política**:

Por essa época, a AP ainda era uma organização idealista, com elementar e disperso conhecimento do marxismo. Continuava desconhecendo a teoria leninista da revolução proletária, a teoria da revolução ininterrupta por etapas, assim como não fazia uma análise correta das condições objetivas e subjetivas da sociedade. Achava indispensável propor-se a uma revolução imediatamente socialista, pois não lhe parecia coerente uma organização socialista – como ela se considerava – levantar bandeira de outro tipo (LIMA & ARANTES, 1984, p. 62).

Segundo essa releitura, o horizonte socialista da AP ainda seria utópico, desprovido da fundamentação científica do marxismo-leninismo:

O seu “socialismo”, além de tudo, carregava a marca da utopia. A resistência à ditadura do proletariado aparecia encoberta na proposta de “socialismo como humanismo” e ainda na formulação equívoca do “socialismo democrático”. (...) O que a AP, na época, e as correntes liberais ainda hoje intentam é encontrar, para a construção do socialismo, uma alternativa ao Estado proletário sem cair no Estado burguês, alternativa até hoje não encontrada, porque inexistente (LIMA & ARANTES, 1984, p. 62-63).

Colocando sempre a noção de ditadura do proletariado como a peça de resistência, argumentam que a formulação da AP acerca da democracia encerrava dois grandes equívocos:

O de apontar no rumo de um hipotético socialismo que prescinda do Estado da ditadura do proletariado, acontecimento nunca visto no mundo; e o de introduzir a idéia de que o Estado mais democrático que o mundo já conheceu, o Estado proletário, socialista – que garante a democracia para a ampla maioria da população e não para uma minoria – não é democrático (LIMA & ARANTES, 1984, p. 63).

Ao mesmo tempo em que saúdam a adesão à compreensão de que a luta armada era inevitável, criticam o ecletismo que ainda marcaria a elaboração da **Resolução política**, na medida em que teria misturado características de revoluções diferentes, no conceito de “revolução socialista de libertação nacional”. A AP estaria enfrentando problemas para os quais não se preparara. Não teria, por exemplo, compreensão científica do problema da luta armada, razão de seu ecletismo. Ao referir-se ao desenvolvimento da luta revolucionária no país, respaldava-se em pontos de vista marxistas, mas, quando indicava como essa luta seria desencadeada, apelava para o atalho “foquista” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 64).

Em balanço geral da **Resolução política**, resumem:

As posições fundamentais afirmadas na Resolução Política de 65 mostravam que a AP, do ponto de vista filosófico, continuava com as mesmas posições gerais do Documento Base; do ponto de vista de classe, continuava uma organização pequeno-burguesa. Mas, do ponto de vista político, já não era uma organização democrática reformista: transformara-se em uma organização democrática revolucionária. Estava longe do campo marxista-leninista, contudo (LIMA & ARANTES, 1984, 64-65).

Em meados de 1967, afunilou-se o processo de definição pelo marxismo, com a aprovação de duas resoluções de grande alcance. A primeira dizia respeito à necessidade de construir o partido de vanguarda para a direção do processo revolucionário. A segunda era a **Resolução sobre o debate teórico e ideológico**, "que convocou todos os militantes e amigos da organização ao estudo e debate organizado do marxismo" (LIMA & ARANTES, 1984, p. 68).

Inspiradas em vertentes marxistas, duas posições polarizariam o "Debate Teórico e Ideológico", cada qual apresentando postulados sobre a caracterização da sociedade brasileira e sobre os caminhos para a revolução.

A “corrente 1”, cujo programa ficou conhecido como “Esquema de seis pontos”, era influenciada pela linha chinesa e afirmava o maoísmo como a terceira etapa do marxismo, o marxismo da atualidade. Entendia que o Brasil era um país semicolonial e semifeudal e que a revolução, a ser realizada por meio da estratégia da guerra popular prolongada, era de tipo nacional-democrático. Compreendia que já existira um partido de

vanguarda no Brasil e que era necessária a sua reconstrução. Eco da Revolução Cultural chinesa, propunha-se que os militantes da AP, de origem pequeno-burguesa, passassem pela experiência de “integração na produção”, ou seja, que fossem “proletarizados”.

A “corrente 2” recusava a tese de que havia uma terceira etapa no marxismo. Mantinha, também, divergência quanto à caracterização da sociedade brasileira, que definia como capitalista. Por isso, a revolução deveria ter imediatamente um caráter socialista. Entendia-se que nunca existira um partido proletário no Brasil e que era necessário construí-lo.

Em meados de 1968, por ocasião da I Reunião Ampliada da Direção Nacional, as posições da “corrente 1” consolidaram-se como majoritárias na AP, mas o processo foi conflituoso e resultou na expulsão dos líderes da “corrente 2”.⁷ Havia, a despeito da demarcação das diferenças de perspectivas, pontos de contato na formulação das duas correntes. A primeira referência era o destaque à luta contra o “revisionismo contemporâneo”, representado, por exemplo, pelo PCB. Outro objetivo, já anunciado pelo documento que convocou o Debate Teórico e Ideológico, era a superação da “velha” AP, tida como pequeno-burguesa e idealista, em nome do marxismo-leninismo.

No que se refere à visão sobre a origem da AP, o livro de Lima e Arantes reproduz, de certa forma, a visão que passava a vigorar oficialmente, a partir desse momento, no seio da própria organização. Quanto às questões que moviam as duas correntes no curso do Debate Teórico e Ideológico, os autores assumem um caráter crítico na avaliação retrospectiva que promovem. Não se percebe, no entanto, autocrítica de sua participação e posicionamento. A crítica dirigia-se, inclusive, aos temas da “corrente 1”, da qual foram líderes, como se vê na questão da linha chinesa:

No ambiente abrasado pelas idéias marxistas pouco digeridas e dispersas, onde o papel revolucionário que a China então jogava no cenário internacional dava-lhe enorme prestígio, o Esquema dos Seis Pontos, fundamentalmente transplantado da experiência chinesa, teve grande receptividade e foi apoiado de forma dogmática (LIMA & ARANTES, 1984, p. 70-71).

⁷ Em fevereiro de 1969, essa dissidência viria a constituir uma nova organização, o Partido Revolucionário dos Trabalhadores - PRT.

Fazem uma crítica sinuosa à exclusão dos líderes da “corrente 2”, que agora consideram precipitada: “O conjunto não pôde beneficiar-se do aprofundamento e do confronto das idéias, inclusive de algumas críticas corretas que eram feitas ao Esquema dos Seis Pontos” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 72).⁸ Essa crítica, feita como se não tivessem responsabilidade pelo fato, resulta em uma estocada aos outros líderes da “corrente 1”: “Ironicamente, alguns dos maiores críticos das posições da “corrente 2” e dos mais intransigentes defensores da expulsão precipitada assumiriam e desenvolveriam posteriormente as opiniões equívocadas daquela corrente, especialmente Jair Ferreira de Sá” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 72).

Foi na I Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em 1968, que, pela primeira vez, “todos os participantes de um encontro nacional da AP consideravam-se marxistas-leninistas” (LIMA & ARANTES, 1984, p.72).

A QUESTÃO DO PARTIDO DE VANGUARDA

Na conjuntura posterior à I Reunião Ampliada da Direção Nacional, o tema do partido de vanguarda tornou-se o centro da pauta e da luta política interna. No “Esquema dos seis pontos”, que prevaleceu na disputa ocorrida em 1968, o objetivo era a “reconstrução do partido proletário no Brasil”. Como líderes do setor que rompeu com essa tese, Lima e Arantes detalham o processo que levou uma ala da AP a aderir à conclusão de que o PC do Brasil era o partido histórico do proletariado. A aproximação doutrinária com o citado partido teria sido precedida e combinada, segundo a narrativa do livro, por uma aproximação na luta política.

Em 1968, quando houve grande ascensão das lutas contra a ditadura militar, em que vicejavam perspectivas revolucionárias, não mais existiria, salientam Lima e Arantes, a aliança que a AP mantivera com o PCB, pois já havia posição clara contra o revisionismo contemporâneo representado pela URSS. A AP, então, passou a se relacionar com outros

⁸ Entretanto, no documento **Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira**, que ajudaram a elaborar no início da década seguinte, quando a luta interna da AP ganhava novos contornos, incluem as posições da “corrente 2” entre as “idéias extravagantes” que, por vezes, surgiam no caminho da AP, sugerindo que era possível uma revolução imediatamente socialista no Brasil.

grupos combativos e “aprofundou, na ação, a unidade com uma força com que a partir de então só se aproximaria, o Partido Comunista do Brasil” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 76). A proximidade na ação política se completava com os pontos de contato no combate ao revisionismo e ao foquismo, na compreensão da realidade nacional e na concepção de revolução brasileira.

Os debates sobre a questão do partido não cessaram e culminaram na II Reunião Ampliada da Direção Nacional. Realizada em 1969, essa reunião teve como conclusão a tese da Reconstrução do Partido Operário Unificado do Brasil. Entende-se, então, que o marxismo vivia a etapa do pensamento de Mao-Tse-tung, tese que era aceita unanimemente na AP, acentuam Lima e Arantes. Enquanto alguns partidos tinham soçobrado diante do revisionismo e outros tinham se fragmentado, era preciso proceder a unificações a partir de agrupamentos redefinidos pelos parâmetros do novo período.

A grande inovação introduzida pela resolução foi a conclusão de que duas organizações políticas fundadas em 1962, a AP e o PC do B, eram as mais avançadas para liderar o processo de redefinição do partido de vanguarda, pois, a despeito de suas origens e trajetórias distintas, teriam chegado a uma unidade fundamental de princípios e política. A união entre as duas seria a base da reconstrução do partido operário unificado. Cumpria definir, então, qual seria o pólo principal. Porém, destacam Lima e Arantes, na hora de demonstrar que o PC do B fora fundado em 1962, surgiu um dilema: teria sido fundado ou reorganizado?

Sem alterar o fundamental da deliberação, essa questão foi remetida a posterior aprofundamento. A análise do documento **Audácia nos objetivos e rigor nos métodos**, que veicula as conclusões dessa reunião, demonstra que, de fato, essa dúvida foi registrada. A resposta dada a esse questionamento seria decisiva para os rumos da AP. Na ótica da posição que viria a ser defendida por Lima e Arantes, as consequências seriam estas:

Se reconhecesse que o PC do Brasil, com que afirmava ter unidade ideológica e política fundamental, era o mesmo partido da classe operária do Brasil, fundado em 1922, consequentemente com perto de meio século de existência à época, então não poderia, à luz do princípio leninista do partido único da classe operária, deixar de reconhecer naquele partido o centro de aglutinação dos marxistas-leninistas do país (LIMA & ARANTES, 1984, p. 123).

De acordo com o depoimento dos autores, no que diz respeito ao setor a que pertenciam, a dúvida não tardou a ser dirimida. Antes mesmo da II RADN, AP e PC do B haviam deliberado realizar, em maio de 1969, “reunião entre representantes das duas direções para discutir problemas da conjuntura política e a ‘questão do Partido’ no Brasil” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 121). O estudo das anotações extraídas dessa reunião foi um ponto de partida para o reexame da questão e

levou os principais dirigentes da AP a entenderam que o fato histórico da “reorganização do PC do Brasil em 1962” encerrava o processo concreto pelo qual no Brasil se resistiu ao revisionismo de tipo Kruschovista e se salvou o caráter revolucionário proletário do antigo agrupamento marxista-leninista do país. Compreendeu-se por que os marxistas leninistas se referem ao PC do Brasil como o partido fundado em 1922 e reorganizado em 1962 (LIMA & ARANTES, 1984, p. 127).

Mais do que a revisão da tese da reconstrução do partido operário, essa conclusão não teria outro desfecho coerente para a AP, segundo o ponto de vista de Lima e Arantes, “senão propor sua incorporação ao PC do Brasil”, o que significaria o fim de sua existência autônoma como organização política. Mas a AP ainda não estaria preparada para promover esse reconhecimento da primazia do PC do Brasil:

Este princípio da direção proletária é um princípio que a pequena burguesia revolucionária, ou mesmo reformista, não tem muita dificuldade em adotar, teoricamente. (...) O difícil mesmo é uma organização pequeno-burguesa encontrar a forma prática e consequente de acatar a direção proletária dispondo-se a fortalecer, como no caso do Brasil, o partido marxista-leninista existente. Em geral, essas organizações negam a existência do parido marxista-leninista, sob mil pretensos argumentos, e proclamam a disposição de fortalecer o partido proletário que surgirá algum dia no futuro, segundo acham, a partir delas próprias (LIMA & ARANTES, 1984, p. 128).

Tem-se, então, um período de depuração das posições para a promoção dessa ruptura política, que demoraria três anos para ser consumada. Na verdade, apesar da clareza que os autores atribuem a si próprios nesse momento, a narrativa deixa entrever que suas posições

ainda não eram tão definidas, ou seja, também passavam pelo que chamam de depuração.

Nesse período, que medeia o desfecho do impasse, houve nova conjuntura de luta interna em torno do partido de vanguarda e da estratégia revolucionária. Emergiu, no interior da AP, um questionamento ao “esquema dos seis pontos”, a partir do qual vieram a ser colocadas em xeque a definição do Brasil como um país semifeudal e a necessidade da etapa democrático-popular da revolução.⁹

Sobre o tema do partido de vanguarda, também havia novos contornos nos debates. Lima e Arantes afirmam que, à medida que crescia a compreensão sobre a história do PC do B, seus adversários passaram a escamotear a questão principal. De forma irônica, ressaltam que, para seus oponentes, o fundamental não era mais a questão da fundação ou reorganização do PC do B em 1962, pois descobriram “que o decisivo era a construção de um ‘partido de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta’ no Brasil e, deste tipo, diziam, o PC do Brasil não era” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 131).

O pano de fundo, reconhecem, era a interpretação da etapa do marxismo: “A minoria buscava justificar a necessidade do partido “inteiramente novo” com a “terceira etapa no marxismo-leninismo, o maoísmo, à qual deveria corresponder um tipo específico de partido”(LIMA & ARANTES, 1984, p. 131).¹⁰ No Brasil, tal partido deveria ser construído, segundo seus oponentes, “a partir das organizações de segunda etapa, marxistas-leninistas que existiam, nomeadamente: Ação Popular, Partido Comunista do Brasil e outras, que, com suas concepções e linhas ‘redefinidas diante da terceira etapa’, procurariam unir-se, formando o partido inteiramente novo”(LIMA & ARANTES, 1984, p. 131).

Por isso, a AP se dividiria em duas grandes tendências. A primeira amadurecia a posição pela incorporação ao PC do B e inclinava-se para a defesa do caráter nacional e democrático do estágio que a revolução deveria atingir naquele momento. A segunda defendia a construção de um

⁹ Essas posições foram veiculadas pelo documento **Cinco pontos de luta interna**, do dirigente Paulo Wright.

¹⁰ Teses dessa natureza foram defendidas por Paulo Wright, no documento **Cinco pontos da luta interna**. Segundo suas palavras, “necessitamos de um partido de tipo inteiramente novo porque estamos vivendo uma etapa inteiramente nova na revolução mundial em nosso país”.

partido inteiramente novo, próprio da terceira etapa do marxismo. Nessa ala, vieram a florescer teses que questionavam a existência de feudalismo no Brasil e propunham a revolução socialista imediata.

Avaliando a correlação de forças desse momento, ressaltam Lima e Arantes:

A maioria dos dirigentes da AP tomou posição em defesa da linha nacional e democrática da revolução no presente estágio, do caminho da guerra popular, da análise marxista-leninista que o PC do Brasil faz da sociedade brasileira, do papel revolucionário de Stalin e da contribuição inestimável da IC. Mais ainda, essa maioria começou a compreender e a destacar como o PC do Brasil ocupara o posto de vanguarda no Brasil em todas essas questões, tendo-as mais amadurecidas e desenvolvidas que a AP (1984, p. 131).

De qualquer forma, reconhecem que essa polêmica entre os dirigentes atingiu as bases da AP e pautou a III Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em março de 1971. Entretanto, a resolução dessa reunião foi uma espécie de solução de compromisso entre as posições em disputa. Caberia ao II Congresso da AP, a ser realizado em breve, dirimir as pendências e chegar a conclusões definitivas. De qualquer forma, o **Programa básico**, então aprovado, foi um marco na vida da AP, atualizando, nas condições e correlação de forças existentes, a redefinição que a organização vinha sofrendo. Consagrou-se uma mudança de grande impacto, incorporando o adjetivo “marxista-leninista” ao antigo nome da AP, que passou a ser chamada, a partir de então, APML.

Além das implicações organizativas e de condução da linha política, a mudança tinha grande dimensão simbólica. A tentativa de romper com o passado fica explícita no acento que coloca, em toda a redação do texto, de que se trata da “nova Ação Popular”, expressão presente na introdução de cada tópico do **Programa básico**. Na passagem em que anuncia a mudança do nome, por exemplo, registra-se: “A nova Ação Popular passa a chamar-se Ação Popular Marxista Leninista do Brasil” (in REIS FILHO & SÁ, 1984, p. 305). A ruptura final se daria na construção do partido proletário, mas os passos sedimentados tinham o objetivo de aprofundá-la.

Em formulação em torno da qual não havia divergências importantes, o período anterior foi sintetizado, no tópico “caráter de

classe e missão da organização", que abre o **Programa básico**, da seguinte maneira:

A nova Ação Popular é uma organização política proletária, inteiramente dedicada a servir ao proletariado e por isso todo o povo, e tem como missão dirigir a classe operária e as amplas massas populares na luta contra seus inimigos de classe. Surgiu de um partido pequeno-burguês, fundado em 1962, que se transformou de um partido pequeno-burguês-reformista (1962-1964) num partido pequeno-burguês revolucionário (1965-1967) e depois, através de um árdua luta teórica e prática (1967-1969), numa organização marxista-leninista (a partir do segundo semestre de 1969) (PB in REIS FILHO & SÁ, 1984, p. 293-294).

Entretanto, a solução representada pela III RADN, essencialmente provisória, mantinha a disputa acesa, como se verificava na forma como as alas da APML avaliavam o **Programa básico**, cada qual proclamando vitória, embora fossem acusadas insuficiências no texto. Haroldo Lima e Aldo Arantes escrevem que o referido programa era uma vitória da "tendência marxista-leninista" em formação, que aspirava a uma maior aproximação com o PC do B, expressando o ponto de vista do setor que aderiu a esse partido. Havia alguns equívocos e insuficiências, mas sua linha seria essencialmente marxista-leninista, exatamente pela aproximação com a estratégia daquele partido.

Sobre a caracterização das estruturas e da natureza da revolução, observam:

Afirmou que na sociedade brasileira já predominavam as relações capitalistas de produção, sendo de todo errôneo caracterizá-la como semicolonial e semifeudal. Expondo corretamente os traços básicos da sociedade brasileira – a dependência, o predomínio capitalista, as sobrevivências pré-capitalistas -, o Programa Básico afirmava também com correção ser a revolução brasileira, na atual etapa, nacional e democrático-popular, antiimperialista e agrária, enunciado que correspondia à síntese da linha do PC do Brasil (LIMA & ARANTES, 1984, p. 133).

Sintomaticamente, voltam a enfatizar a questão Stalin:

O PB não se omitiu na defesa aberta de Stalin. (...) É um divisor de águas ante o qual revolucionários marxistas não podem sequer omitir. (...) A crítica a Stalin tem sido um dos carros-chefes dos revisionistas e trotsquistas e por isso a sua defesa separa os verdadeiros marxistas-leninistas dos tergiversadores do marxismo (LIMA & ARANTES, p. 133 e 134).

Em coerência com o fio condutor de sua análise, Lima e Arantes ressalvam que o principal problema se concentrava na proposta da construção do "partido novo da terceira etapa":

Mas onde o Programa socobrou, não conseguindo chegar a uma posição marxista-leninista, foi no capítulo sobre o Partido no Brasil. Fruto de uma negociação, acabou prevalecendo uma posição chave da minoria: luta pela construção de um partido proletário no Brasil, de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta, a ser formado levando em conta a existência no país de um "partido marxista leninista, o PC do Brasil e outras forças marxistas leninistas, aos quais se propunha a unificação, tomando por base os princípios e as posições deste Programa Básico (1984, p. 134).

A solução final deveria ser consolidada pelo II Congresso da AP, agora APML, mas os acontecimentos seguiram um rumo diverso. Avaliando a III RADN, Lima e Arantes (1984, p. 135) afirmam que "a maioria já aparecia efetivamente como uma tendência marxista-leninista em formação", que não se consolidara ainda, porém. Nessa ótica, a conjuntura seguinte consolidou essa maioria e suas posições, que passavam a orbitar, cada vez mais, em torno da primogenitura do PC do B.

Cabe esclarecer que se firmou, aqui, uma situação paradoxal. A aproximação com o PC do B implicava a revisão da tese de que o maoísmo correspondia a um novo período do marxismo, a terceira etapa. O programa político mantido, entretanto, guardava flagrante identidade com a linha chinesa: revolução nacional democrática, a deflagração da guerra popular como estratégia de conquista do poder etc. Por seu turno, o setor que defendia o maoísmo como nova etapa do marxismo empunhava a bandeira da revolução imediatamente socialista, sem identidade com o programa da revolução chinesa. Em vez de promover um transplante mecânico da linha chinesa para a realidade brasileira, era preciso se inspirar no método do maoísmo, diziam os defensores desse caminho (AÇÃO POPULAR, 1972c).

O DESENLACE ANUNCIADO

A citada maioria em formação estava traduzida na composição do bureau político da AP, do qual faziam parte Haroldo Lima, Aldo Arantes, Renato Rebelo, Duarte Pacheco, Jair Ferreira de Sá e Paulo Wright. Os dois últimos eram adeptos da revolução imediatamente socialista e da tese do partido de tipo novo, própria do que consideravam ser a etapa vivida pelo marxismo. Duarte Pacheco viria a assumir posição distinta, favorável à construção de um partido de tipo novo, tomando como base o PC do B. Os três primeiros trilharam o caminho da revisão de posições sobre a etapa vivida pelo marxismo e de defesa da incorporação ao PC do B.

A narrativa de Lima e Arantes revela que tal revisão não foi imediata. Os três dirigentes - entre os quais estão os dois autores - que lideraram esse processo apresentaram, em reunião extraordinária do CC, a primeira após a III RADN, um documento em que apontavam mudanças na formulação, mas a questão da etapa do marxismo, central para o debate, não foi revista totalmente:

A existência da terceira etapa do marxismo não era negada no documento dos três (...). Não obstante, a questão já foi abordada sob uma ótica diferente. (...) O critério destacado era o da luta decidida contra o revisionismo contemporâneo, encabeçado pelo soviético. O PC do B (...) preenchia o critério definidor (LIMA & ARANTES, 1984, p. 145).

O resultado, veiculado pelo livro como uma grandiosa vitória, foi que a

reunião concluiu, pela primeira vez ao nível do CC da AP, pelo reconhecimento do PC do Brasil como o partido autenticamente marxista-leninista do país, fundado em 1922, reorganizado em 1962, centro de aglutinação dos marxistas-leninistas do país, com o qual a AP concordava no fundamental, em torno do qual deveria unir-se. Para a decisão em última instância a respeito da questão ficou acertada a convocação do II Congresso da AP (LIMA & ARANTES, 1984, p. 145).

O PC do B interveio no debate. Logo após a reunião extraordinária do CC, seu órgão oficial divulgou uma crítica desdenhosa ao **Programa básico**. O PC do B se negava a reconhecer a AP como

marxista-leninista e criticava sua caracterização da terceira etapa do marxismo e sua "trotsquizante" concepção de construção do "partido inteiramente novo". Lima e Arantes salientam que a crítica de fundo era justa e vinha ao encontro das decisões do CC, que eram mais um passo na direção da completa assimilação do verdadeiro marxismo-leninismo.

Houve reação de parte de militantes da APML à intervenção do PC do B. Denunciou-se o tom pejorativo de seu documento, acusando-o de tentar desagregar a APML (AÇÃO POPULAR, 1972). Conclamou-se um posicionamento em defesa da organização. Tentou-se, sem sucesso, uma retratação do PC do B. Entretanto, a divisão interna não teria reversão e o PC do B exerceria, cada vez mais, atração sobre uma ala significativa da APML.

Na seqüência, a "maioria" divulgou o documento **Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira**, para refutar, definitivamente, a "análise completamente falsa" que seus adversários faziam da realidade do país. Fundamentando a necessidade da revolução nacional e democrática, esse documento "outra coisa não fazia que repor, atualizar e fundamentar as conclusões sobre a sociedade brasileira a que chegaram os marxistas-leninistas do país, cuidando de responder aos problemas específicos surgidos na luta interna da AP" (LIMA & ARANTES, 1984, p.147).

Após a reunião do CC, explicitadas todas as questões fundamentais, configurou-se uma "situação nova dentro da AP", no dizer de Lima e Arantes (1984, p. 148-149) : "duas linhas antagônicas disputavam a supremacia política da organização: a linha marxista-leninista da revolução nacional e democrático-popular e a linha trotsquizante da revolução imediatamente socialista. A primeira ligava-se à perspectiva da incorporação ao PC do Brasil; a segunda à fundação de um partido de tipo inteiramente novo".

Na tensão da luta interna, foi comum a troca de anátemas. As posições que Lima e Arantes defendiam foram estigmatizadas como "direitistas" e "dogmáticas": "dogmáticas" porque fariam um transplante mecânico de um modelo de revolução para a realidade brasileira; "direitistas" porque rebaixariam as tarefas revolucionárias, em uma linha que não seria fundamentalmente distinta do PCB (AÇÃO POPULAR, 1972c).

Em contrapartida, qualificavam as posições de seus oponentes como "trotsquizantes". Tal adjetivação tinha duas motivações. A primeira

referia-se à concepção de construção partidária. Embora a concepção de seus adversários “não fosse clara e abertamente trotsquista, tinha semelhança com a idéia trotsquista a respeito do partido como ajuntamento de tendências e frações, dentro de uma organização fundada na conciliação, sem caráter proletário e sem unidade de vontade” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 131). A segunda era quanto à concepção de revolução. Acusam seus oponentes de construírem um país hipotético e fantástico, sob influência de devaneios de autores trotsquistas ou trotsquizantes (LIMA & ARANTES, 1984, p.148). De resto, “trotsquizante” era o máximo anátema para um partido que mantinha ou assumia uma identidade stalinista ou staliniana.

É revelador o vocabulário utilizado por Lima e Arantes, que acentuam o caráter “novo” da situação e o “antagonismo” das posições em disputa pela “supremacia”. Depreende-se que, em sua interpretação, não havia mais margem para negociação, persuasão ou para uma ala subordinar a outra na correlação de forças. A maioria passou, então, a uma ofensiva geral, com o objetivo de “ganhar o conjunto depurado da organização e encaminhar a solução da luta interna” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 149). Para tanto, promoveu a completa depuração de suas posições.¹¹

A primeira e mais importante depuração referia-se à etapa histórica vivida pelo marxismo. Lima e Arantes avaliam, agora, que teria sido uma incorporação dogmática da linha chinesa, de grande prestígio em 1968. Ressaltam que o PC do B não havia apoiado a tese da terceira etapa e que o livro vermelho não fora distribuído por conta do prefácio que a apontava. Da mesma forma, utilizam textos desse partido para reafirmar a atualidade das idéias de Lênin contra a tese da terceira etapa. O leninismo continuaria fundamentando as lutas revolucionárias do período.

Deliberadamente, Lima e Arantes minimizam a relação do PC do B com a China, que foi, pelo que se sabe, muito estreita, a despeito da polêmica acerca da terceira etapa do marxismo. No final da década de 1960, o PC do B era reconhecido como representante autorizado do PCCh no Brasil (REIS FILHO, 1991). Em suas publicações desse período e do início da década seguinte, O PC do B não economizou elogios à

¹¹ Na biografia de Pedro Pomar, um dos dirigentes do PC do B mais influentes nesse debate, lê-se: “Pomar escreveu então um artigo em *A classe operária*, aprovado pela executiva, explicitando que o único caminho para a incorporação da AP no PC do B era sua aceitação das políticas do partido, sem condicionamentos” (POMAR, 2003, p. 303).

experiência chinesa e a seu líder máximo (GORENDER, 1987, 213). Todavia, houve uma reviravolta no fim da década, quando que se abandonou a China como referência (REIS FILHO, 1991). Como observou Jean Rodrigues Sales, procedeu-se, a partir dessa cisão, a “uma crítica retrospectiva ao modelo chinês, na qual se procura mostrar que o partido já demonstrava discordância com este modelo pelo menos desde 1963” (SALES, 2000, p.114).

Percebe-se, pois, que Lima e Arantes analisam as questões daquela época sob os influxos das mudanças de posição do PC do B em relação à China. A proximidade com a linha chinesa, aprovada pela AP em 1968, foi um elo importante em sua aproximação com o PC do B (REIS FILHO, 1991). Essa simpatia pela linha chinesa revelava-se, por exemplo, na concepção da revolução democrática e nacional e na proposta de guerra popular.¹²

A segunda questão a ser depurada dizia respeito à aceitação da teoria da revolução ininterrupta por etapas, ou seja, à necessidade de cumprir as tarefas da revolução nacional e democrática para passar à revolução socialista. Ao mesmo tempo em que rejeitam a tese da revolução socialista imediata, posição mantida pela “minoria”, Lima e Arantes (1984, p. 153) criticam os revisionistas, que não enxergavam os vínculos estreitos entre as duas fases da revolução. A terceira era relativa à formação da frente antiimperialista, que excluiria “a grande burguesia monopolista e o latifúndio exportador. Tais classes e setores não se opõem à dominação imperialista, não fazem parte da frente. Não é uma frente de toda a nação, mas da maioria desta” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 156).

A “maioria” da AP, solucionadas as pendências de ordem doutrinária, passava a ter unidade completa, em todas as questões fundamentais da revolução, com o PC do Brasil, salientam Lima e Arantes. Restava ganhar adesões individuais e conduzir o conjunto depurado da organização para a incorporação àquele partido, desfecho que teria solução no II Congresso. Além da afinidade de linha política, a luta guerrilheira que o PC do B patrocinava na região do Araguaia exercia poder de atração sobre a militância da AP, asseguram.

¹² Ridenti (2002) ressalva que a AP se aproximou do maoísmo por causa da identidade entre o seu passado cristão e o igualitarismo da revolução cultural chinesa, enquanto o PC do B o fez por causa da identidade com o stalinismo. Entretanto, à medida que a AP absorvia as posições do PC do B, incorporava, também, o stalinismo.

A “minoria”, dizem, “estava encurralada”. A disputa tornou-se mais acirrada, provocando exclusões e precipitando o desfecho da contenda. Haroldo Lima e Aldo Arantes resumem assim sua versão dos fatos (1984, p. 157).

Foi nesse quadro de dificuldades e pressentindo derrota estrepitosa, que a minoria trotsquizante apelou para o fracionismo. Seus dirigentes puseram-se a fazer articulações paralelas, viagens às escondidas, reuniões à margem da estrutura organizativa e, onde podiam, praticavam a política própria. Isso colocou-os em antagonismo com a organização, provocando a destituição de funções e posterior expulsão dos seus principais dirigentes, Paulo Wright e Jair Ferreira de Sá. Nenhuma medida foi tomada contra os demais adeptos das idéias da minoria, mas todos os que defendiam essas idéias e eram contrários à incorporação ao PC do Brasil deixaram a organização por conta própria. Após a depuração, nada impedia a incorporação.

Nos termos da versão que veiculam, além da expulsão dos dois líderes da chamada minoria, seus adeptos promoveram uma evasão espontânea das fileiras partidárias. Dessa forma, “a luta ideológica se resolveu de uma forma que não foi prevista, mas que a vida apresentou” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 157). O II Congresso, que fora pensado para resolver as divergências sobre a questão do partido, perdera sua função, na visão desse setor. Alegam, ainda, que se somavam questões de segurança. Não fosse a conjuntura “fascista”, marcada pelo terrorismo de Estado contra os comunistas, o Congresso poderia ter sido mantido. Seu papel, no entanto, não seria o de adotar a decisão, que foi precipitada pelos fatos, mas o de fazer o balanço final da organização.¹³

¹³ Embora fosse considerado membro da “maioria”, Duarte Pereira teve posição diferente nesse desfecho. Conforme Lima e Arantes, “Dessa deliberação não participou Duarte Pereira, argumentando razões de conteúdo e de método. Os demais participantes da “maioria” consideraram que os motivos apresentados por Duarte não eram suficientes para impedir o desenlace da incorporação, sobretudo na nova conjuntura que o partido enfrentava” (1984, p. 158). Duarte Pereira, por conta própria, procurou esclarecer seu posicionamento. No documento **Estevão e o PC do B**, de 1999, afirma que o II Congresso, além de resolver a oposição entre os campos em disputa, deveria, também, solucionar as contradições da maioria. Não aceitava, além disso, a revisão unilateral das posições da organização a que pertencia. Mantinha divergências e reivindicava canais apropriados para exercê-las no seio do novo partido.

O desfecho é assim descrito:

A 17 de maio de 1973, o Bureau Político do Comitê Central da Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil divulgou a sua última circular, indicando o procedimento acertado entre as duas direções para o ingresso no PC do Brasil. (LIMA & ARANTES, 1984, p. 158).

Não houve fusão de organizações partidárias, mas a incorporação de militantes da AP ao PC do B.¹⁴ Um documento do PC do B registrou que, em 1972 e 1973, começou o ingresso de militantes a AP. A massa de adesão de dirigentes e militantes aconteceu, porém, a partir de 1974 (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1983). De acordo com pesquisa recente, a incorporação definitiva levaria tempo. Por causa do contexto repressivo, foram mantidas, em uma espécie de transição, antigas estruturas da APML, concomitantes com as do PC do B (OLIVEIRA JR, 2000).

No balanço que realizaram sobre esse desfecho, Lima e Arantes resumem:

A incorporação da AP ao PC do Brasil foi, assim, no plano interno, uma inequívoca vitória do marxismo-leninismo e uma flagrante derrota do revisionismo. Reforça a tendência geral de aglutinação em torno do PC do Brasil e aponta para os marxistas-leninistas de outras origens o caminho provado que devem seguir para ajudar na construção do partido do proletariado no Brasil. No plano externo, significa uma vitória da corrente autenticamente marxista-leninista que se vai desenvolvendo na luta pelo socialismo e contra os revisionistas de todos os matizes (LIMA & ARANTES, p.169).

A proclamada vitória do marxismo-leninismo era mais completa porque, além do revisionismo, fora derrotado o “oportunismo de esquerda”, que

¹⁴ Convertido em historiador do partido a que aderiu, Haroldo Lima anotou no **Itinerário das lutas políticas do PC do B**: “Ação Popular reconhece a marca proletária, marxista-leninista, do PC do Brasil e constata ser ele o velho partido da classe operária brasileira, fundado em 1922 e reorganizado em 1962; comprehende a importância de incorporar-se a ele, para fortalecer seu papel dirigente e sua condição de partido único da classe operária do Brasil (LIMA, 1984, p. 24-25).

também não conseguiu plantar raízes e desenvolver-se na AP, apesar de tentativas feitas. Insinuou-se em 1968, por meio da “corrente 2”, e ressurgiu com mais força em 1970, completando suas idéias e conformando uma linha. Volta a negar o papel do campesinato, da burguesia nacional e, sobretudo, contesta o papel de vanguarda do PC do Brasil, propondo uma aglutinação de forças heterogêneas como método de construir um outro partido no Brasil. Não consegue sequer manter um enfrentamento à altura com os marxistas-leninistas, apelando, logo que atacado política e ideologicamente, não só para a capciosa política das evasivas, como, mais tarde, para os métodos fracionistas (LIMA & ARANTES, 1984, p. 170).

O impacto da adesão de dirigentes e militantes da AP foi reconhecido pela direção do PC do B, em documento firmado posteriormente:

Aspecto positivo da incorporação da AP foi o reforço político e orgânico do Partido, pelo grau de combatividade e nível político de grande número de quadros que haviam se formado nas difíceis condições de luta contra o fascismo. Esse reforço se deu em nível regional e no Comitê Central, na reestruturação de 1975. A incorporação dos militantes e dirigentes da Ação Popular foi a que se revelou mais correta e mais benefícios trouxe ao Partido (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1983).

Note-se o elogio à combatividade e ao alto nível dos quadros incorporados. Em sua análise retrospectiva, Lima e Arantes salientaram essa dimensão positiva da militância da AP, sempre caracterizada como rebelde e aguerrida. A limitação de formação estava, definitivamente, superada, na medida em que se concluía a transformação ideológica e se reconhecia a primazia do PC do B como o partido histórico da classe operária.

Um documento do PC do B consolida a visão que conduziu a obra de Lima e Arantes, nos seguintes termos:

A história da evolução da AP até o marxismo-leninismo e ao Partido demonstra que, se o Partido da classe operária tem uma política revolucionária clara e uma prática consequente, sua influência no movimento político real estende-se a outras organizações e serve de ponto de referência na diferenciação de

posições corretas e incorretas no processo da luta de classes. Mostra igualmente toda a potencialidade do marxismo-leninismo e a força irresistível do socialismo como perspectiva de organização da sociedade. Os marxistas-leninistas, sem abdicar de suas posições de princípios, de suas orientações estratégicas e táticas, devem estabelecer corretas relações de unidade e luta com certos agrupamentos revolucionários em formação e, dessa forma, contribuir para que os elementos mais avançados dessas organizações evoluam às posições revolucionário-proletárias e ao marxismo-leninismo (PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, 1983).

Em 1973, definida a incorporação da chamada maioria ao PC do B, fechara-se o ciclo de existência da AP, segundo a cronologia e o sentido que Haroldo Lima e Aldo Arantes procuram imprimir à história.¹⁵

A fronteira estabelecida pelo livro é um dos marcos de disputa de memória. O setor remanescente vai se referir ao episódio da expulsão dos dirigentes como a “cisão de setembro/outubro de 1972”.¹⁶ Militante da

¹⁵ Em 1973, membros do setor que procurou manter a organização da APML foram abatidos pela repressão. Embora não façam referência ao fato de essas quedas terem ocorrido após a cisão com a ala que se incorporou ao PC do B, da qual faziam parte, Haroldo Lima e Aldo Arantes puseram as divergências de lado e fizeram emocionada homenagem a alguns militantes da APML que foram então vitimados, incluindo José Carlos da Mata Machado e Gildo Lacerda, elevando-os à condição de mártires da história recente do país. Sobre Paulo Wright, em particular, escreveram: “Manifestamos nosso respeito à memória de Paulo Stuart Wright, combatente sério e dedicado, que, preso pela ditadura militar fascista, em setembro de 1973, foi torturado e morto, tendo-se portado com dignidade revolucionária” (LIMA & ARANTES, 1984, p. 160).

¹⁶ É o que se lê, reiteradas vezes, em um documento que Jair Ferreira de Sá, ato contínuo, elaborou e divulgou. Segundo esse documento, desde o início teria ficado claro que a “direita” usaria todas as formas para forçar a idéia de unidade entre o **Programa básico** e o programa do PC do B, com vistos a acelerar a unificação com aquele partido. Por isso, na disputa da memória sobre a luta orgânica pelo controle do partido, acusa o outro setor, adjetivado como “direitista e dogmático”, de utilizar maiorias eventuais em certos níveis da direção, especialmente na direção central, e de composições temporárias e organismos incompletos para travar o possível avanço dos camaradas de esquerda e deter o movimento de retificação da linha política. Invertendo as acusações de fracionismo, afirma que o outro setor promoveu “a quebra da legalidade interna feita em torno de inúmeras questões, culminando uma sucessão de golpes e tentativas de golpes (...). Para isso invocaram também um conjunto de “denúncias” quanto ao nosso pretenso fracionismo, quando, de fato, lutamos por impedir o verdadeiro fracionismo e liquidacionismo, que era o movimento de integrar-se no PC do B sob distintas formas (AÇÃO POPULAR, 1972b, p. 13).

ala que permaneceu organizada como APMI, Elzira Vilela define desta maneira o desenlace: “a Ação Popular se cindiu e um grupo da Ação Popular entrou para o PC do B e outro não” (AQUINO, 2003, p. 134). Por um período, antes que se consumasse a incorporação de uma ala ao PC do B, os dois agrupamentos reivindicaram o nome da legenda (RIDENTI, 2002). Além de procurar manter a organização, disputou-se a memória dos fatos da luta interna, assim como da correção da linha política que representava (AÇÃO POPULAR, 1972b).

Os remanescentes procuravam preservar, com os matizes de sua leitura, a memória e os próprios marcos da história da organização, que foi reconstituída e teve existência até 1981. Incorporada ao PT como tendência interna, dissolveu-se no interior desse partido. Os membros que aderiram ao PC do B abriram mão de sua experiência organizativa para abraçar outro partido e sua história. Mais do que isso, passaram a contar a história da AP pela ótica do PC do B.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O livro de Haroldo Lima e Aldo Arantes faz, como se observou, uma leitura retrospectiva da história da AP, com o objetivo de legitimar a opção, assumida pela ala a que pertenciam, de se incorporar ao PC do B. O pressuposto é de que se trata de um processo de transformação de uma organização pequeno-burguesa, que, convertida ao marxismo-leninismo, aderiu ao verdadeiro partido histórico do proletariado.

Ressalve-se, contudo, que tal procedimento, abstraídas as questões que remetiam diretamente ao PC do B, guarda pontos de contato com o processo de transformação vivido pela AP como um todo. Na segunda metade da década de 1960, quando a AP iniciou o processo de transformação na direção de um partido marxista-leninista, realizaram-se revisões do passado da organização e foi atualizada sua memória, como demonstra fartamente sua documentação. A diferença é que outras alas, estabelecida a opção pelo marxismo-leninismo, alimentavam perspectivas distintas de construção do partido de vanguarda. A semelhança, observadas as particularidades de cada elaboração, era a revisão do passado, com fortes marcas teleológicas.

A opção pelo PC do B, que ilumina a abordagem, suscita alguns paralelos entre esse partido e a AP. No início da década de 1960, quando houve o “racha” do PCB, os membros do PC do B consideraram que não

estavam criando um partido novo, mas reorganizando o partido comunista histórico, motivo pelo qual reivindicaram sua tradição, suas datas, seus fatos e a memória anterior à crise do chamado revisionismo. Foi essa mesma tradição que os militantes da AP reivindicaram, no início da década de 1970, quando aderiram ao PC do B. Emblema dessa atitude é o livro de Lima e Arantes, que narra a história da AP pela perspectiva daquele partido. Em um caso e no outro, o PC do B, ungido pelos óleos da pressuposição de que é o partido histórico do proletariado, é o centro de gravidade.

Não menos complexa é a questão da legitimidade da reorganização da APML, efetuada por seus adversários. Quando publicaram o livro, Lima e Arantes não desconheciam, com certeza, que a outra ala procurou manter e reestruturar a APML e que esta, reorganizada, existiu até o início da década de 1980. A lógica e a cronologia que estabeleceram, com desfecho na incorporação dos militantes de sua ala ao PC do B, busca delimitar a legitimidade de quem tinha autoridade para falar, antes e depois, em nome da organização. Embora a incorporação tenha sido objetivamente de militantes, é da incorporação da AP ao PC do Brasil que se fala, estabelecendo um ponto final para a organização.

É um procedimento paradoxal. Na cisão de 1962, os militantes que “reorganizaram” o PC do Brasil eram minoritários em relação ao “Brasileiro”. Lembre-se que Lima e Arantes reconheceram que o PC do B saiu ideologicamente revigorado, mas organicamente débil. Isso não impediu que se reivindicasse a história do partido fundado em 1922. Agora, com a cisão da APML, delimitam sua experiência e inscrevem seu sentido no caminho seguido pela ala que aderiu ao PC do B. Retiram a legitimidade da ala minoritária que procurou preservar e reorganizar a AP.

Há uma dupla apropriação, portanto. A primeira é a da experiência anterior à incorporação ao PC do B. A segunda é a da legitimidade da experiência da APML na conjuntura seguinte. Reconhecer a reorganização, na ótica que conduz a abordagem, era esvaziar a legitimidade de sua opção e a “verdade” de que o PC do B era o partido de vanguarda do proletariado brasileiro.

REFERÊNCIAS

- AÇÃO POPULAR, *Audácia nos objetivos*. Rigor nos métodos, 1969.
- AÇÃO POPULAR. *Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira*. 1972
- AÇÃO POPULAR. *Documento base*, 1963.
- AÇÃO POPULAR. Programa básico. In REIS FILHO, D. A. & SÁ, J.F. (orgs). *Imagens da revolução*. Rio de Janeiro: marco zero, 1985.
- AÇÃO POPULAR. *Resolução política*, 1965.
- AÇÃO POPULAR. *Viva a Ação Popular na luta pela unidade proletária. Abaixo o divisionismo do PC do B.* março de 1972 (mimeo).
- AÇÃO POPULAR. *Desafio imediato: como fazer a transição necessária para garantir a realização vitoriosa do II Congresso da AP*. 1972b
- AÇÃO POPULAR. *Combater o dogmatismo de direita e isolar os liquidacionistas das fileiras do partido*. 1972c.
- AQUINO, Márcia Elizabeth. *Personas: gradações do discurso político-religioso no Brasil pós-64*. São Paulo: M.E.Aquino, 2003.
- DIAS, Reginaldo B. *A cruz, a foice o martelo e a estrela: a tradição e renovação da esquerda na experiência da Ação Popular*. Tese (doutorado). Unesp, 2004.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trerras*. São Paulo: Ática, 1987.
- LIMA, Haroldo. *Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil (PC do B) de 1922 a 1984*. Salvador: Editora Maria Quitéria, 1984.
- LIMA, H. & ARANTES, A. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.
- OLIVEIRA JR, Franklin. *Paixão e revolução: capítulos sobre a história da AP*. Tese (doutorado) em história. Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2000.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Análise crítica do processo de incorporação de segmentos que se desligaram de outras organizações e da Ação Popular*. VI Congresso do PC do B. 1983.
- POMAR, Wladimir. *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.

REIS FILHO, D.A. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: REIS FILHO, D.A.(org). *História do marxismo no Brasil*, vol. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

RIDENTI, M. Ação Popular: cristianismo e marxismo. In RIDENTI, M & REIS FILHO, D. A(orgs). *História do marxismo*. V. 5. Campinas, Unicamp, 2002.

SALES, Jean Rodrigues. O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política. In *Diálogos*. UEM-Maringá, 2002, v.6. p.155-172.

SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – Pc do B: Propostas teóricas e prática política 1961-1976*. Dissertação (mestrado). Unicamp, 2000.

SOUZA, H. et alli. *Memórias do exílio*. São Paulo: Livramento, 1976.

WRIGHT, P. *Cinco pontos de luta interna*. s/d.

